

**PROCESSO** - A. I. Nº 130080.0020/02-7  
**RECORRENTE** - SUPER VISÃO COMÉRCIO DE ÓCULOS E LENTES LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 1ª JF nº 0277-01/03  
**ORIGEM** - INFRAZ FEIRA CALÇADA  
**INTERNET** - 06/11/03

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0125-12/03

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. ENTRADAS DE MERCADORIAS. PRESUNÇÃO LEGAL DE OMISSÃO DE SAÍDA DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. FALTA DE REGISTRO DAS NOTAS FISCAIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Constitui-se em presunção legal de omissão de saída de mercadorias tributáveis o não registro dos pagamentos das mercadorias adquiridas, cujas notas fiscais foram colhidas através dos Postos Fiscais de Trânsito deste Estado. Infração subsistente. Afastada a preliminar de nulidade e indeferido o pedido de diligência. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O recorrente respaldado no art. 169, I, “b” do RPAF/99, inconformado com a Decisão proferida no Acórdão 1ª JF nº 0277/01-03, relativo ao julgamento do Auto de Infração nº 130080.0020/02-7, ao receber a intimação dando ciência da Procedência do mesmo, apresentou no prazo decendial o presente Recurso Voluntário.

A infração descrita na peça acusatória teve como fundamento a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis pelo não registro nos livros fiscais e contábeis da empresa de notas fiscais de aquisição de mercadorias, cujos documentos foram colhidos nos Postos Fiscais de Trânsito, pelo Sistema CFAMT.

A Decisão recorrida afastou a preliminar argüida sob o fundamento de que as notas fiscais, objeto da acusação fiscal, não foram anexadas ao processo, além de argumentar que, para se constatar a irregularidade apontada seria necessária a realização do levantamento quantitativo dos estoques ou prova material da falta de lançamento de notas fiscais de compras.

Por determinação da 1ª Junta de Julgamento Fiscal foi intimado o contribuinte, para entregar-lhe, mediante recibo, cópias das notas fiscais objeto da autuação, as quais se encontram juntadas ao processo, (fls. 08 a 19), reabrindo-se-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para que o mesmo se manifestasse, querendo, restando descaracterizada a argüição de nulidade.

No tocante ao argumento do sujeito passivo de que para configurar a infração, seria necessário a realização de Auditoria de Estoques de a comprovação de entradas físicas das mercadorias no seu estabelecimento, o D. Julgador da 1ª Junta de Julgamento Fiscal esclarece que os documentos fiscais foram colhidos junto ao sistema CEFAMT e dizem respeito às vias pertencentes ao Fisco e indicam como adquirente das mercadorias o autuado, fazendo prova materiais que, por si só

confirmam a existência de presunção de saídas de mercadorias tributadas, cuja situação tem como previsão legal o disposto no § 4 do art. 4º, da Lei nº 7.014/96.

No que tange ao mérito, ante a análise dos documentos anexados ao processo, o D. Julgador da 1ª Junta de Julgamento Fiscal, conclui pela manutenção da acusação fiscal, uma vez que nos documentos juntados aos autos para fazer prova da infração, consta o seguinte: 1) as vias das notas fiscais foram colhidas nos Postos Fiscais de Trânsito da SEFAZ, quando davam trânsito as mercadorias nelas indicadas; 2) estão revestidas de todas as formalidades legais; 3) tem como destinatário o contribuinte autuado, inclusive constando corretamente o seu endereço e número de suas inscrições no CAD-ICMS e CNPJ; 4) as mercadorias são condizente com o ramo de atividade do contribuinte.

Diante desses fatos, entende que as notas fiscais acostadas ao PAF constituem prova suficiente da existência de operações comerciais realizadas pelo contribuinte. A contraprova, neste caso, a fim de desconstituir o crédito tributário, caberia ao autuado, ao contrário de seu entendimento. Portanto, a simples negativa de cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a legitimidade da autuação fiscal, devendo apresentar a prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo da obrigação tributária.

O sujeito passivo ao tomar ciência da Decisão do Acórdão nº 0277-01/03 que julgou PROCEDENTE o Auto de Infração, interpôs Recurso Voluntário, repetindo os mesmos argumentos já expendidos na defesa, sustentando, em síntese que não consta do PAF, documento que comprove a efetiva entrega das mercadorias ao autuado, pelo transportador e, que, para se chegar à suposta omissão, são necessários os seguintes procedimentos: levantamento de estoque físico ou prova, irrefutável, da entrada da mercadoria no estabelecimento, daí a impropriedade do lançamento. Pugna pela nulidade e improcedência do Auto de Infração.

A PGE/PROFIS, às fls.157/158 dos autos exara Parecer onde verifica que todas as notas fiscais que consubstanciaram a infração foram entregues a autuada que não trouxe qualquer documento ou elemento no sentido de afastar a presunção de que tais mercadorias foram por ela adquiridas. Ressalta que o recorrente não se desincumbiu do ônus da prova de fato extintivo ou modificativo do direito do Fisco.

Esclarece, ao final, que a presunção de omissão de saídas anteriores está baseada no § 4 do art. 4º, da Lei nº 7.014/96, que prevê tal presunção no caso de falta de registro contábil d entradas de mercadorias Diante disso, opina pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso apresentado.

## **VOTO**

Ante a análise dos documentos acostados aos autos, embora o recorrente tenha alegado não ter realizado as operações referentes às notas fiscais relacionadas no Auto de Infração, prevaleceu a evidência das notas fiscais coletadas nos postos fiscais, que comprovam que as operações foram realizadas, recaindo sobre o autuado a presunção que as referidas operações foram efetuadas pelo recorrente.

Nos documentos juntados aos autos para fazer prova da infração, consta o seguinte: 1) as vias das notas fiscais foram colhidas nos Postos Fiscais de Trânsito da SEFAZ, quando davam trânsito as mercadorias nelas indicadas; 2) estão revestidas de todas as formalidades legais; 3) têm como destinatário o contribuinte autuado, inclusive constando corretamente o seu endereço e número de suas inscrições no CAD-ICMS e CNPJ; 4) as mercadorias são condizentes com o ramo de atividade do contribuinte.

Diante desses fatos, em consonância com a Decisão recorrida, entendo que as notas fiscais acostadas ao PAF constituem prova suficiente da existência de operações comerciais realizadas pelo contribuinte. A contraprova, neste caso, a fim de desconstituir o crédito tributário, caberia ao autuado, ao contrário de seu entendimento. Portanto, a simples negativa de cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a legitimidade da autuação fiscal, devendo apresentar a prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo da obrigação tributária. O recorrente, por se tratar de presunção *juris tantum* não faz prova em contrário. Caberia a este, na forma do art. § 5º, art. 4º, da Lei nº 7.014/96, provar a improcedência da presunção legal, o que não ocorreu.

Ante as razões expostas, entendo não restar outra alternativa senão votar pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso apresentado, para manter a Decisão recorrida.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **130080.0020/02-7**, lavrado contra **SUPER VISÃO COMÉRCIO DE ÓCULOS E LENTES LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.127,62**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das sessões do CONSEF, 20 de Outubro de 2003.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS – RELATOR

MARIA OLIVIA TEIXEIRA DE ALMEIDA - REPR. DA PROFUZ